

## HUMOR, ARGUMENTAÇÃO E HETEROGENEIDADE: QUESTÕES PARA O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA<sup>1</sup>

Janete Silva dos Santos/UFT<sup>2</sup>  
janetesantos@uft.edu.br

Luiza Helena Oliveira da Silva/UFT-PGLETRAS<sup>3</sup>  
luiza.to@uft.edu.br

### RESUMO

O presente artigo, resultado de discussões e reflexões sobre o ensino de leitura em encontros de planejamento entre docentes de curso de Letras, considerando que o trabalho do professor na escola básica é balizado, em tese, pelos PCN, como referência central, e que, como se pode inferir, tais parâmetros dão voz a diferentes correntes teórico-metodológicas no trabalho com a linguagem, discute e apresenta possibilidades de leitura através de algumas dessas abordagens. Assim, articulando a relação entre o sujeito clivado pelo inconsciente e a heterogeneidade da linguagem, analisa textos de diferentes gêneros subtraídos do jornal *Folha de São Paulo*, da revista *Isto É* e de sites da *internet*. Nestes, a heterogeneidade se flagra como recurso para a produção do humor ou como argumento de autoridade, constituindo-se e robustecendo-se através desses recursos discursivos que a linguagem põe em jogo. Além disso, fazendo referência a teorias de gênero que ecoam nos PCN, apresenta análise de textos humorísticos, como crônica e charge, que conjugam entretenimento e crítica social, e de textos jornalísticos, como uma notícia e um artigo de opinião, numa leitura para além da superfície textual.

**PALAVRAS-CHAVE:** leitura e ensino, gêneros discursivos, análise do discurso, sujeito, heterogeneidade.

### ABSTRACT

The present essay, result of discussions and reflections on the teaching of reading in Languages courses's teachers's meetings considering that the teacher's work in the basic school is based, in theses, on the PCN, as central reference, and that, as it can be inferred, such parameters give voice to different theoretical-methodological currents in the work with the language, it discusses and it presents reading possibilities through some of those approaches. So, articulating the relationship among the subject divided of the unconscious and the heterogeneity of the language, it analyzes texts of different genres taken out of the newspaper *Folha de São Paulo*, of the magazine *Isto É* and of internet sites. In these, the heterogeneity is flagrant as a resource for the production of the humor or as an authority argument, being constituted and being strengthened through of those discursive strategies that language per game in. Besides, making references to the theory of genre that echoes in the PCN, it shows analysis of humoristic texts, such as chronics, and charges that conjugate entertainment and social critique and of newspaper articles such as an opinion article in a reading that goes beyond the textual surface.

<sup>1</sup> Texto iniciado em 2009, com versão final atualizada em 2011.

<sup>2</sup> Doutora em Linguística Aplicada/professora adjunta da UFT/Araguaína

<sup>3</sup> Doutora em Estudos da Linguagem/professora adjunta da UFT/Araguaína

**KEYWORDS:** reading and teaching, discursive genres, discourse analysis, subject, heterogeneity.

## INTRODUÇÃO

Discussões acerca do tratamento didático dado ao texto, promovidas por professores de estágio supervisionado da UFT<sup>4</sup>, bem como por alunos PIBIC e de pós-graduandos do Mestrado em Ensino de Língua e Literatura/MELL/UFT, ao refletirem sobre relatórios de alunos que estagiam na rede estadual de ensino, apontam que, em muitas escolas, as aulas de português privilegiam, em escala considerável, práticas que ainda tomam a leitura do texto como um exercício prioritário de decodificação. Há pouco apelo efetivo a noções de leitura como efeito de sentidos, visto que, na prática de sala de aula, o lugar do sentido não está na relação entre texto, leitor, as condições de produção do texto e da leitura. Isso, porém, não se configura como um problema apenas local, uma vez que a grande maioria dos professores, em geral, ainda resiste à mudança de concepção sobre linguagem, considerando-se que a ideologia que sustenta suas concepções atuais é ainda resultado de práticas tradicionais arraigadas ao cotidiano escolar há décadas.

Essas discussões resultaram no presente artigo, que apresenta, a partir de subsídios teóricos da Análise do Discurso francesa, análises de textos que fogem à prática tradicional de busca do sentido único e inequívoco, muitas vezes sustentada por livros didáticos que trazem respostas fechadas para perguntas de compreensão e que noutras vezes relacionam, de forma reducionista, diferentes gêneros discursivos. Ressaltamos, porém, que não nos propomos a fazer, aqui, transposição didática, mas a ajudar o professor do ensino básico a pensar suas possibilidades de ensinar leitura (e, conseqüentemente, produção escrita de texto).

Com esse fim, procuramos articular a relação entre o sujeito clivado pelo inconsciente e a heterogeneidade da linguagem, como suporte de análise de textos extraídos 1) da revista *Isto É*, 2) da Folha de São Paulo, 3) de *sites* da *internet*, respectivamente, nos quais se flagra prioritariamente como o humor satírico e a argumentação por argumento de autoridade se constituem e se robustecem através desses recursos discursivos (heterogeneidade) que a linguagem põe em jogo. Além disso, faz-se referência a teorias de gênero que ecoam nos PCN, apresentando análise de textos que envolvem (principalmente) o

---

<sup>4</sup>Fundação Universidade Federal do Tocantins.

humor, especificamente nos gêneros charge e crônica, que conjugam entretenimento e crítica social, e de textos jornalísticos como os gêneros *notícia* e *artigo de opinião*, numa leitura para além da superfície textual.

A escolha dos gêneros textuais *charge* e *crônica*, como textos humorísticos, da *notícia* e do *artigo de opinião* como textos jornalísticos<sup>5</sup>, dá-se por três razões: 1) dentre os textos que mais são esvaziados no trabalho de leitura está o texto de humor, pois seu uso, além do entretenimento que oferece, volta-se, quase que prioritariamente, para o estudo de sua estrutura composicional, sufocando possibilidades de leituras mais argutas, que levem em conta as condições de produção, articulando efetivamente a relação entre explícitos e implícitos; 2) a notícia é um gênero discursivo que se esforça para evocar e supor neutralidade, possibilitando, porém, através de estratégias de leitura mais apuradas, a reconstrução, na articulação de vozes e na análise de suas estratégias argumentativas, de posições e filiações ideológicas que desestabilizam essa ilusão; 3) no artigo de opinião, a recorrência às aspas favorece a discussão sobre a estratégia usada pelo articulista para convencer seu leitor, através de argumentos de autoridade, acusando também filiações ideológicas nem sempre perceptíveis pelo leitor pouco proficiente. Por outro lado, sendo essas noções consideradas pelo leitor, tal saber pode refletir-se, outrossim, na sua produção textual escrita, ajudando-o a favorecer maior credibilidade de seu discurso.

Desse modo, buscamos neste trabalho, fruto de nossas discussões e reflexões como docentes de curso de graduação e de mestrado (MELL/UFT), sobre o ensino de leitura, olhar o texto por diferentes perspectivas teóricas, como a Análise do Discurso de linha francesa (AD), teorias de gênero e pelo que poderiam vir a ser contribuições para análise de textos na escola, considerando a noção de sujeito na AD e a heterogeneidade discursiva (BAKHTIN, 1997; AUTHIER-REVUZ, 2004). Olhar o texto por perspectivas distintas decorre do trabalho do linguista aplicado se dar num campo interdisciplinar e transdisciplinar. Para tal análise, ratificamos, após a discussão teórica de algumas categorias de análise e de referências que envolvem o estudo dos gêneros discursivos, apresentamos análise de três textos de periódicos de circulação nacional (Jornal Folha de São Paulo e Revista Isto É) e de dois recortes de textos extraídos da *internet*, partindo de um pressuposto básico: a leitura é sempre resultado

---

<sup>5</sup> Apesar de o texto humorístico aqui analisado (gênero charge e crônica) fazer referência à notícia, estamos considerando a diferença entre texto jornalístico e texto humorístico como tipos de discurso, pois o primeiro, que assim como o segundo engloba diferentes gêneros textuais, tem como meta informar “objetivamente” e o segundo, de suscitar o riso, mesmo que usando a notícia e circulando também através do suporte jornal (impresso ou virtual/digital).

de condições (ORLANDI, 1996), de coerções, que implicam formações ideológicas, não podendo o leitor/analista, ainda que instruído por uma teoria qualquer cientificamente fundamentada, esgotar as significações, os sentidos que são, no texto, atualizados, lidos, apreendidos, produzidos pelo gesto da leitura, e que são, ao mesmo tempo, tanto particulares quanto constituídos pela história.

## 1. LEVANTANDO QUESTÕES

Em 2002, participando de minicurso na UFF<sup>6</sup>, ministrado pelo sociossemiotista francês Eric Landowski, que apresentava questões por ele formuladas sobre o “contágio”<sup>7</sup>, uma das autoras deste texto dirigiu-lhe um questionamento bastante ingênuo. Se, para a semiótica, as cores não trazem em si um sentido convencional, como proceder para a leitura de pinturas e textos visuais? Como as cores aí fariam para significar? Landowski, então, responde: a nossa semiótica<sup>8</sup> não estuda semáforo.

Em “Passions sans nom” (2004), Landowski discute teorias da leitura, criticando aquelas que se firmam sobre procedimentos que pensam apenas sentidos já estabilizados, os quais, por força das convenções, não suscitariam maiores questionamentos para sua interpretação. Assim, quando a linguagem se torna mais provocadora, por resistir a uma abordagem elementar, o analista desistiria da tarefa, não tendo o que dizer. Se a linguagem é reduzida ao óbvio, que interesse despertaria para seu estudo? É justamente porque ela nos escapa, provoca, inquieta, que também nos seduz insistentemente como objeto de investigação.

Partimos dessa digressão para introduzir questões sobre concepções de linguagem no contexto escolar. Pela simplificação e redução de algumas abordagens, a linguagem parece reduzir-se a problemas de semáforo, a instruções a serem meramente absorvidas, memorizadas, postas em uso, ainda que, resistindo como sujeitos, os alunos reajam com seus questionamentos para os quais não encontram resposta óbvia, rápida e certa.

---

<sup>6</sup>Universidade Federal Fluminense.

<sup>7</sup>Considerando a relação de interação entre sujeitos, o contágio consiste numa relação de natureza “afetiva”, não mediada por objetos, segundo a qual se configura uma “partilha imediata dos afetos do corpo e da alma” (LANDOWSKI, 2005, p. 38). Exemplificando esse modo de relação, Landowski traz a ideia do riso que contagia os sujeitos de modo irresistível, arrebatando-os e envolvendo-os num mesmo estado.

<sup>8</sup>Semiótica discursiva (francesa).

Nas práticas escolares que envolvem a leitura e a produção textual, a despeito dos estudos linguísticos que apontam para as complexidades da enunciação e do discurso, predominam as perspectivas que tratam o texto como lugar de um sujeito consciente e onipotente para saber dizer o que quer dizer. Em relação à escrita, considera-se um sujeito que é capaz, desde que munido de ferramentas da língua (conhecimentos sobre a textualidade, de normas gramaticais da variedade linguística a ser empregada, do gênero adequado, de mecanismos de antecipação acerca do repertório e interesses de seus interlocutores etc.) de fazer-se claro, de tornar seu texto transparente, inteligível, compreensível, interessante, sem equívocos, enfim, um sujeito da retórica, apenas.

Nessa perspectiva, não há lugar para o equívoco ou contradição, e sua presença nos textos é vista como indicação de que esse sujeito não dispõe de uma competência linguístico-pragmático-discursiva que deveria ter adquirido para fazer-se entender, impressionar, convencer. Quando se trata da leitura, faltaria ao leitor a competência para apreender o que o sujeito efetivamente *quis dizer*. Ler seria, pois, ainda que recebendo outras denominações mais contemporâneas e fundamentando-se teoricamente em autores de produção mais recente, sinônimo de decodificação, de desvelamento do dizer, pressupondo uma direção unívoca para os sentidos tidos como verdadeiros e literais.

## 2. HETEROGENEIDADE DO SUJEITO E DA LINGUAGEM

Dentre as teorias do discurso que acentuam o inconsciente como elemento constituinte da linguagem (o Outro lacaniano, isto é, a ausência, a falta, a incompletude), o sujeito é definido como cindido, dividido, clivado (ORLANDI, 1998; MUSSALIM, 2001), atravessado por processos que lhe escapam ao controle e à consciência: o inconsciente (Freud e Lacan) e a ideologia.

Ao enunciar, o sujeito toma emprestadas as palavras de outros sujeitos, também já ditas em outros lugares, valendo-se de sentidos que já foram produzidos, que têm uma história. Disso resulta o esquecimento, por parte desse sujeito, de que as palavras das quais se utiliza para enunciar só fazem sentido por já terem sido enunciadas, ditas antes e em outro lugar (ORLANDI, 1998). A partir desse esquecimento cria-se, para o sujeito enunciador, a ilusão de que é dono do próprio dizer e, conseqüentemente, autor do próprio discurso, apagando-se da sua consciência que, ao enunciar, as condições de produção o constroem a

certos dizeres e não a outros, também a certos gêneros e não a outros, a certos estilos e não a outros, filiando seu dizer a determinados sentidos e não a outros.

Assim, para a AD, o sujeito, por não ter acesso às reais condições de produção de seu discurso devido à inconsciência de que é atravessado e ao próprio conceito de discurso com o qual trabalha a AD – uma teoria materialista da discursividade – representa essas condições de maneira imaginária. (MUSSALIM, 2001, p. 136)

Diferentemente do que preconizam as teorias mais centradas na transparência do texto e que concebem um sujeito centrado e que controla os sentidos do que enuncia, as condições de produção (representada para o sujeito mediante um imaginário), envolvem, num sentido estrito, o contexto imediato (os sujeitos e a situação) e, num sentido amplo, o contexto sócio-histórico-ideológico e ainda a memória e o interdiscurso (ORLANDI, 1998, p. 30, 31).

Não obstante as condições de produção favorecerem uma visão, entre alguns analistas, de sujeito totalmente assujeitado<sup>9</sup>, é necessário considerar-se que a subjetividade do sujeito aflora nas brechas deixadas pela forma de articulação com que move as palavras alheias, as palavras já ditas, pois, como frisa Possenti (2004), “as condições” [de produção] apenas *condicionam*, isto é, não *determinam* [o que deve ser dito]. Caso contrário, jamais aflorariam sentidos novos, posto que toda linguagem sempre se (re)elabora a partir dos já-ditos (ORLANDI, 1988).

Fazendo uma leitura sobre a teoria bakhtiniana da polifonia, Authier-Revuz (2004) estabelece uma diferença esclarecedora sobre uma das características inerentes à linguagem que se coaduna com a tese do sujeito clivado pelo inconsciente, uma vez que uma categoria pressupõe a outra (sujeito/linguagem). Para ela, a linguagem é tipicamente heterogênea, pois nela se articula tacitamente a pluralidade de vozes que disputam espaço nos discursos instaurados. A essa peculiaridade chama de heterogeneidade constitutiva da linguagem.

Entretanto, apesar do esquecimento que domina o sujeito clivado pelo inconsciente, há lampejos, em sua enunciação, de reconhecimento do estatuto heterogêneo da língua, o que o leva a acusar, em sua própria fala, a voz alheia, ou seja, a palavra do outro articulada em sua própria enunciação, na ilusão de que controla o que é do âmbito do eu (ilusão de que controla os sentidos e de que pode ser a origem ao menos de parte do que diz) e da instância do outro

---

<sup>9</sup>Conforme Mussalim, ao longo de diferentes fases, a AD irá formular e reformular sua concepção de sujeito. Num primeiro momento, AD-1, acentua-se a noção de assujeitamento (não é o sujeito quem enuncia, mas a instituição, a ideologia que fala por ele); num segundo momento, AD-2, o sujeito seria disperso (perde-se a noção de unidade anteriormente concebida, tendo em vista diferentes posições que o sujeito vai ocupar no interior de um espaço interdiscursivo). Já num terceiro momento da teoria, AD-3, o sujeito passa a ser visto sob a dimensão da heterogeneidade (Cf. MUSSALIM, 2001, p. 133, 134).

(discurso citado, para Bakhtin; heterogeneidade mostrada, para Authier-Revuz). Trata-se da manifestação da ilusão de controle do sujeito, como se apenas o que é expressamente marcado (aspas, discurso direto) evidenciasse a presença da alteridade.

As glosas (comentários) e o uso das aspas (ressalvando sentidos de certas palavras, com diferentes matizes de sentido), para Authier-Revuz, são bons exemplos da heterogeneidade mostrada e marcada no uso da língua, por indicar/reconhecer (o sujeito falante) a presença, a voz, do outro na sua enunciação. A ironia seria um exemplo de heterogeneidade mostrada não-marcada, pois não explicita um sentido, pretendendo que se leia outro, não explicitado textualmente. Explicando o mecanismo de produção da ironia, Fiorin (2008) diz que esta ocorre quando se afirma no enunciado o que se nega na instância da enunciação. Na ironia pode ocorrer, ainda, o confronto de formações discursivas, como se pode ver um pouco adiante, num segundo exemplo.

Uma leitura rápida de dois textos de gêneros distintos (charge e nota de jornal), a seguir, evidencia de que modo estes se reportam a um mesmo fato, narrado pela imprensa, ou melhor, de que modo dialogam com um mesmo enunciado, a saber: o que teria sido proferido pelo então governador do Rio de Janeiro quando questionado a respeito do problema da violência na capital carioca. Vê-se aqui também, na materialidade de dois gêneros textuais distintos, como um mesmo discurso é articulado por diferentes sujeitos, quer enunciadores, quer locutores.

### **(1) O ABORTO**

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, defendeu o aborto como “política pública capaz de combater a violência”. Segundo ele, as mães faveladas são “fábrica de produzir marginal”. Para a socióloga Julita Lemgruber, “a tese é preconceituosa”. Estudos feitos nos EUA mostram que o aborto pode funcionar: “Filhos de famílias muito pobres são mais vulneráveis à marginalidade por questão de sobrevivência. No campo psicológico, muitas mães que não queriam o filho transmitem para ele essa rejeição. O abandono afetivo pode ser fator de delinqüência”.

## (2) Charge



Conforme expressa o texto 1 – pequena nota sobre acontecimentos da semana, trazidos pela Revista Isto É, de 31 de outubro de 2007 (edição 2032) –, Sérgio Cabral Filho teria defendido o aborto como “política pública capaz de combater a violência”, uma vez que as mães que residem em favelas seriam “fábrica de produzir marginal”. As aspas que aqui reproduzimos, ao mesmo tempo em que visam a produzir efeito de verdade e isenção para o texto da revista (o governador teria dito exatamente X, fazendo realmente uso expresso dos termos assinalados pelo periódico), evidenciam a heterogeneidade mostrada, comum a esse gênero da imprensa.

Além de reportarem o que foi declarado por Cabral Filho, dando mostras da perspectiva ideológica assumida pelo governador, a revista traz ainda em discurso direto a fala de uma socióloga que confirmaria o pensamento daquele. Embora dizendo tratar-se de uma tese preconceituosa, o que é afirmado logo em seguida reitera a crença de que a posição não é ideológica (evidência de um preconceito), mas neutra, valendo-se de resultados advindos de pesquisas nos EUA. O argumento de autoridade científica vai, assim, produzir efeito de isenção e credibilidade: é a ciência que diz, como se a perspectiva científica assumida redundasse em verdades inquestionáveis, irrefutáveis, isto é, o que é científico é do nível das evidências.

Nesse pequeno texto, fica claro o embate entre duas distintas formações discursivas: a que confere à pobreza a responsabilidade pela violência e que determina o aborto como política pública a ser adotada, em contraposição à que preconiza que tal afirmação atualiza



uma tese preconceituosa. Pelo que a nota mostra, pelo que reitera e acentua (a primeira perspectiva ideológica é reforçada pela referência às pesquisas, sendo, pois, a mesma coisa dita de formas diferentes), ganhando mais espaço, inclusive na parte que seria destinada à conclusão da nota, o texto acaba por comprometer o efeito de isenção pretendido pela imprensa: toma partido, fica ao lado de Cabral Filho, deixando clara também sua inscrição numa formação discursiva que garante que uma tal coisa possa ser afirmada sem que soe aos ouvidos do sujeito do dizer como enunciação de um preconceito:

A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito. (ORLANDI, 1998, p. 43)

Explorando o conceito de Formação Discursiva (FD), Orlandi explica que os sentidos não se encontram nas palavras mesmas, mas na sua inscrição em uma dada FD, que faz com que mudem seu sentido “segundo as posições daqueles que as empregam”, de acordo com a relação frente “às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevam” (ORLANDI, 1998, p. 42, 43). Uma vez inscrita em uma outra FD, não seria mais possível dizer o mesmo que Cabral Filho. O texto da revista atualiza, desse modo, o embate entre forças ideológicas, representando, tanto Cabral Filho quanto o enunciador da revista, o ponto de vista de uma classe social sobre a realidade. Para isso, arregimentam-se forças advindas do lugar de que se fala: o governador fala do poder institucional, a revista dá voz a uma pretensa pesquisa de caráter científico<sup>10</sup>, falando, pois, do lugar da autoridade. A voz divergente, a que faz soar a enunciação da denúncia de preconceito, vai sendo, pois, apagada.

No texto 2, a heterogeneidade se apresenta de forma não marcada pelo emprego da ironia na charge de Glauco, publicada na Folha de São Paulo, em 28 de outubro de 2007. Apresentando uma breve análise do plano do conteúdo desse texto verbo-visual, podemos identificar que a referência à fala do governador Sérgio Cabral Filho se dá agora de forma indireta. Se as mães pobres são responsáveis pelos índices de violência – o que justificaria a adoção de uma política de controle de natalidade via abortos – a mãe figurativizada na charge de Glauco poderia ser então presa por “formação de quadrilha”, como aparece no balão correspondendo à fala do policial.

---

<sup>10</sup>Pela brevidade da nota, não há maiores indicações sobre quem são os autores da pesquisa, quem a financia, com que fins é desenvolvida, faltando aquilo que a semiótica denomina de “ancoragem”, recurso presente nos gêneros da imprensa e que visam a produzir efeito de realidade e referente.

Na imagem, temos, pelo caráter icônico do desenho, à esquerda, um policial (reconhecido pelo uniforme, quepe, fuzil nas mãos) que se dirige a uma mulher na parte mais central (reconhecimento que se daria pelo uso do vestido, pelos cabelos compridos, pelos seios), grávida (barriga proeminente) que, ao lado de um contingente de crianças apresentadas em traçado idêntico seria, pelo raciocínio, uma contraventora. Esparramando-se do centro do quadro para a esquerda, adentrando numa casa pequena e simples (antena no telhado, paredes com tijolos à mostra), vemos crianças que se amontoam a partir do colo da mãe, pendurados às suas costas, chegando até à janela aberta. Todas essas crianças, apenas de shorts e sem camisa, sugerem tratar-se de uma enormidade de meninos que, mais uma vez em alusão ao raciocínio do governador, seriam potenciais delinquentes. Os olhares esbugalhados da mãe e dos filhos, os pés descalços, a pobreza reforçada pelo dente único que a mulher traz na boca, a simplicidade do traçado do desenho da residência, tudo reforça a denúncia da violência, dessa vez, não advinda do lugar da pobreza, mas da instituição policial, do julgamento que se faz. O humor da charge, agora, subverte a lógica de Cabral Filho, denunciando o absurdo da afirmação do político. Aparentemente reforçando, por figurativizar o que o outro tematiza<sup>11</sup>, Glauco produz sentidos para serem lidos em direção contrária, confirmando o raciocínio de Fiorin (2008) em relação à ironia. A heterogeneidade aqui se revela/esconde no jogo de dizer não dizendo, aludir de modo enviesado ao que outrem disse para que enviesadamente também se leia o que o outro aparentemente pretendeu dizer.

Como é comum no gênero charge, o que se ilustra, o que ganha os contornos do desenho se revela como diálogo com outros textos e discursos no interior do jornal, servindo muitas vezes para garantir-lhe a polifonia que, em última instância, garantirá também o efeito de isenção, fazendo crer que diferentes perspectivas ideológicas ganham espaço nas linhas impressas desse periódico.

---

<sup>11</sup>Como explica Fiorin (2008), figuras correspondem a elementos concretos que, no texto, remetem ao mundo natural. Na charge aqui analisada, as figuras são a casa, o policial, a mulher, os filhos, a antena etc. Os temas são categorias e conceitos, portanto, abstratos, que ordenam, explicam, interpretam o mundo natural. Se, no texto, predomina a presença de figuras, temos um texto figurativo; se ocorre a predominância de temas, trata-se de um texto temático. No caso da charge, predominantemente figurativo, os temas da violência, da pobreza e do preconceito só podem ser apreendidos pelo esforço da leitura. É ainda importante considerar que a figuratividade, além de sedimentar semanticamente o discurso, dá suporte e organização a uma visão de mundo, a uma ideologia (TEIXEIRA, 2000, p. 92). Veja-se, nesse caso, o que se pode depreender da metáfora de Cabral Filho usada para qualificar as mães que vivem em favelas: “**fábrica** de produzir marginal”.

### 3. NOTAS SOBRE GÊNERO DISCURSIVO

Esta seção faz um breve levantamento sobre alguns pressupostos que tomam o gênero como objeto de estudo, mas de perspectivas distintas. Isso se justifica por considerarmos que, no ensino básico de língua portuguesa, referendado pelos PCN (BRASIL, 1998), diversas teorias tentam dar algum embasamento ao trabalho do professor, através de vozes nem sempre marcados explicitamente no texto do documento.

Bakhtin (1997), em sua reflexão sobre linguagem, classifica a produção e os usos das formas da língua e das formas típicas de enunciados, na comunicação verbal, como gêneros discursivos (BAKHTIN, 1997, p. 301). Para ele, esses gêneros do discurso “nos são dados quase como nos é dada a língua materna”, mas enfatiza que o gênero do discurso não é uma forma da língua, “mas uma forma do enunciado que, como tal, recebe do gênero uma expressividade determinada, típica, própria do gênero dado.” (BAKHTIN, 1997, p. 312). Como o gênero, para o autor, implica tipos relativamente estáveis de enunciados, produzidos e trocados nas diferentes esferas de interação, cada gênero tem um conteúdo temático, uma estruturação composicional e um estilo específicos, para cada esfera, daí que, segundo ele, sempre “selecionamos as palavras segundo as especificidades de um gênero.” (*ibidem*).

Esses esclarecimentos justificam a escolha dos gêneros por nós selecionados, visto que o texto humorístico, como a charge e a crônica, além da notícia e do artigo de opinião, gêneros privilegiados nesta análise, com estrutura composicional e estilo específicos, circulam em esferas específicas, tematizando, assim, conteúdos também específicos.

Schneuwly&Dolz (2004), ampliando as reflexões sobre o tema, com o deslocamento que efetuam, veem os gêneros como instrumentos de comunicação que se inter cruzam nos usos, por isso os classificam de megainstrumentos de comunicação. Para eles, gêneros são modos de realização da linguagem e os textos são a materialização do gênero. Nesses autores, tais noções se confundem, não havendo, portanto, a preocupação em delimitar fronteiras entre um (gênero) e outro (texto). Apoiam-se na concepção bakhtiniana de gênero como interação, enfatizando-o, porém, como gêneros textuais, isto é, como modos de comunicação, com suas marcas (ou estruturas) composicionais, cujo foco são os recursos linguísticos, e não como gêneros discursivos propriamente ditos, cujo foco está na função e na circulação, que é a terminologia própria da abordagem de Bakhtin.

A abordagem de Schneuwly&Dolz toma esse viés devido ao enfoque de seus trabalhos sobre o gênero ser todo voltado para o contexto de ensino-aprendizagem. Por conta

desse direcionamento, o professor, com base nas orientações neo-vygotskianas<sup>12</sup> sobre os níveis de desenvolvimento real e proximal do aluno, conforme os autores, é considerado e estimulado a assumir o papel de mediador do processo de apropriação, por parte dos alunos, desses megainstrumentos, através de esquemas de utilização, que lhes servem de veículo nas relações sociais [dentro e fora da escola], e cujo aprendizado lhes permitiriam desenvolver as capacidades cognitivas superiores.

Dentre as muitas orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental (1998) e Ensino Médio (1999), encontram-se indicações de se direcionar o ensino/aprendizagem da língua a partir do texto, rompendo com as propostas tradicionais que partem de unidades menores – fonemas, sílabas, palavras ou frases. Tomando como subsídio as contribuições em torno do gênero formuladas por Bakhtin (1997), a unidade passa a ser o texto, trabalhado em função de sua configuração em gêneros textuais:

A seleção de textos para leitura ou escuta oferece modelos para o aluno construir representações cada vez mais sofisticadas sobre o funcionamento da linguagem (modos de garantir a continuidade temática nos diferentes gêneros, operadores específicos para estabelecer a progressão lógica), articulando-se à prática de produção de textos e à análise lingüística. (PCNLP, 1998, p. 36)

Como critério estabelecido para a seleção dos gêneros, esse documento propõe que sejam priorizados aqueles que desempenham um papel mais significativo nas práticas sociais, obviamente que levando em conta as necessidades e as possibilidades de aprendizagem em cada etapa. Um gênero define-se, antes de tudo, pela especificidade de sua função social, que determina, por exemplo, distintas organizações para uma carta comercial ou uma ata. Conforme Bazerman (2006), teórico a postular de outra perspectiva a abordagem de gêneros na escola, gêneros textuais correspondem a “formas de vida, modos de ser. São *frames* para a ação social” (BAZERMAN, 2006, p. 23), o que implica que, mais do que se pensar na atenção aos arranjos formais em suas peculiaridades, o professor deverá considerar as funções que os diferentes gêneros desempenham diante de distintas situações reais de uso, mediante dadas condições de produção.

A depender da perspectiva teórica adotada, as condições de produção são reduzidas ao contexto imediato, e o modo como ocorre a transposição didática faz com que a leitura de um texto sirva apenas para efeitos de exemplificação de um dado recurso formal. Assim, se no gênero notícia é comum o uso dos discursos direto e indireto, o aluno deve aprender

---

<sup>12</sup>Ver VYGOTSKY, 1993.

mecanicamente a organizar frases em discursos direto e indireto. Esse tipo de informação por si só, contudo, não resultaria necessariamente em elementos que favoreceriam a compreensão acerca dos efeitos de sentido produzidos pela escolha de um ou outro recurso.

É necessário levar o aluno a compreender além desse mecanicismo, isso porque é justamente essa pertinência ao gênero, e aos efeitos de sentido pretendidos, o que faz com que se utilize do discurso direto em notícias e reportagens, e não do discurso indireto-livre, por exemplo, muito comum, porém, em gêneros que privilegiam a narração. Nos jornais, o discurso direto no texto visa a atribuir ao outro a responsabilidade pelo que é dito, ao mesmo tempo em que se aparenta a neutralidade e a isenção, ainda que isso seja desconstruído nas análises que apontam para o grau de comprometimento das matérias por uma ou outra perspectiva, conforme se pode atestar no texto 3 abaixo, e a pouca percepção do aluno a esse respeito contribui para sua crença na neutralidade da notícia, dificultando que ele vivencie o fundamental na leitura de um texto, ou seja, o debate sobre a construção ideológica do texto:

### **(3) Irmão de missionária diz estar "chocado" com a decisão do júri**

Irmão da missionária Dorothy Stang, David Stang, 70, afirmou que está "chocado" com o resultado do julgamento.

"Os argumentos do promotor foram excelentes, até mesmo melhores do que no último julgamento. Por isso tínhamos grande esperança e expectativa. Estou profundamente chocado", disse, por telefone.

"Como podemos, em um ano, sair de um placar pela condenação para exatamente o contrário, ele ser libertado? Por favor, me diga", completou. David vive em Palm Lake (EUA) e chegou ao Brasil no último dia 30. "Sou uma pessoa racional. Como isso pode acontecer? É como se os que foram assassinados continuassem sofrendo", afirmou.

José Batista Afonso, advogado da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e integrante da coordenação nacional do braço agrário da Igreja Católica, afirmou que o resultado comprova as denúncias de impunidade no Estado. "De mais de 800 assassinatos cometidos no campo no Pará nos últimos 35 anos, não há mais nenhum mandante cumprindo pena atrás das grades", afirmou o advogado.

Na notícia intitulada "Irmão de missionária diz estar 'chocado' com a decisão do júri", publicada pela Folha de São Paulo, em 7 de maio de 2008, observa-se a polifonia já instaurada na própria manchete. Ao dar voz ao irmão da missionária Dorothy Stang – assassinada no Pará em função de conflitos agrários –, repetindo o termo a ele atribuído entre aspas, de algum modo o jornal acena para a adesão ao discurso indignado de David Stang. Essa adesão se confirma ao longo do texto, com o uso de discurso direto e indireto, uma vez que as "vozes" que aí têm lugar são apenas de pessoas que veem na absolvição dos envolvidos provas de impunidade e injustiça no país. Assim, embora resguardando os preceitos que remetem aos efeitos de isenção (emprego de terceira pessoa, discurso direto,

ancoragem), o texto denuncia seu comprometimento, seu posicionamento ideológico, sua não-neutralidade, colocando-se a favor dos que criticam a decisão judicial. A heterogeneidade que aí se mostra não é algo, pois, a ser mecanicamente reconhecido: é uma presença que redundando em determinados efeitos de sentido que o aluno pode ser levado a compreender.

#### 4. DUAS OUTRAS ANÁLISES

Antes de apresentarmos os próximos registros e suas análises, é importante considerar, apesar do já defendido em seções anteriores, possibilidades de uso didático desse tipo interdisciplinar e transdisciplinar de abordagem do texto na escola básica, lugar em que o trabalho com diversidade de gêneros vem sendo reclamado já há década<sup>13</sup> por órgãos oficiais, bem como de se tomar a leitura como efeito de sentidos. Mesmo na graduação que tematiza a linguagem, as reflexões sobre leitura devem instigar os iniciantes (nessa etapa da vida acadêmica) a lidar com o texto humorístico, no gênero charge e crônica, por exemplo, não apenas como *gêneros para o entretenimento*, mas também como gêneros discursivos que, imbuídos do apelo cômico, materializam no discurso suas filiações ideológicas, contribuindo para consolidar ou desestabilizar visões de mundo, permitindo ao leitor investigar nele o jogo de forças que se estabelece continuamente nas relações (das e) entre as diferentes esferas sociais.

#### Caso 1<sup>14</sup>

Na seção **Cartilha do Lula**, parte da crônica humorística do Monkey News<sup>15</sup>, o interlocutor seria “convidado/provocado” a “estudar” a cartilha do Lula (presidente do Brasil), ou seja, estudar/conhecer/aprender as novas palavras, ou melhor, o(s) novo(s) sentido(s) \_ atribuídos à cultura pouco letrada de Lula \_ que (só) o (presidente) Lula (e seus iguais), dada sua história de vida, estabeleceria a essas palavras já existentes, devido à sua “precária” formação escolar. Nela flagra-se constantemente a manifestação da subjetividade do sujeito enunciador, quando do uso desse recurso lingüístico, ou seja, do comentário de uma palavra,

<sup>13</sup>Os parâmetros curriculares nacionais datam de 1998, documento \_ emitido pelo MEC \_ que enfatiza insistentemente o trabalho com a diversidade de gêneros na escola básica.

<sup>14</sup> Quando a seção Cartilha do Lula vigorava (2003-2010), Lula estava no poder como presidente.

<sup>15</sup> Cf. <http://noticias.uol.com.br/uolnews/monkey/cartilha.jhtm>

cujo sentido já estabelecido ele subverte, como mostram os recortes abaixo, em busca do efeito humorístico da “nova” terminologia (trocadilhos):

- > *Homofobia* - companheiro que tem preconceito contra o sabão em pó! Rarárá!
- > *Martírio* - caminhada da companheira Marta!
- > *Ofuscar* - o companheiro que foi para o Salão do Automóvel comprar um Fusca!!!
- > *Açaí* - Grito de guerra do churrasco na Granja do Torto! Açaí!
- > *Angustiada* - Companheira que exagerou no angu.
- > *Barganhar* - Companheiro que recebeu um botequim de herança
- > *Catapulta* - Companheiro que foi pro inferninho
- > *Coaxar* - Achar em conjunto com os companheiros
- > *Cutícula* - Organização das manicures ligada à CUT
- > *Contra-regra* - Anarquista. Vulgo Heloísa Helena
- > *Debalde* - Companheira enfrentando a falta d'água.
- > *Depauperado* - Companheiro que operou da fimose
- > *Eficiência* - Ciência que estuda a letra efe dos companheiros, vide Palófi.

Apesar de o discurso ser “mais o lugar da repetição que o da criação”, pois “uma formação ideológica impõe o que pensar” e, por sua vez, “uma formação discursiva determina [condiciona] o que dizer” (FIORIN, 1990, p. 32), o efeito de “criatividade/genialidade” do enunciador do “humor” se dá exatamente por reconhecer que *homofobia*, *martírio*, *ofuscar*, *açaí*, *angustiada*, *barganhar*, *catapulta*, *coaxar*, *cutícula*, *contra-regra*, *debalde*, *depauperado* e *eficiência* são palavras de uso público com sentido já estabelecido em outro(s) lugar(es) por outro(s) sujeito(s). *Homofobia*, por exemplo, é palavra composta por dois radicais (homo> homem/gênero humano e fobia> medo/aversão) que, juntos, implicam sentido de aversão à relação erótica entre pessoas de mesmo sexo, mas, nesse acontecimento enunciativo, dadas as condições de produção que a envolvem, teve parte de seu sentido desestabilizado pelo enunciador.

Este enunciador promoveu nova associação/articulação de já-ditos, abrindo espaço para o sentido novo, ao (re)introduzir em seu enunciado uma marca de sabão em pó (Omo), produzindo efeito de sentido cômico (aversão ao Omo) por distanciar-se do sentido “verdadeiro/primário” e culto, filiando-se, assim, aos discursos jocosos de opositores que criticam e satirizam a formação escolar, a cultura não erudita, mais especificamente, a linguagem (e suas metáforas) popular do presidente Lula (e, de sobra, dos petistas, companheiros do PT), dado o lugar que ocupa como governante máximo do país, sem a cultura universitária que, no imaginário social, seria um requisito mais que bem vindo, nos tempos de globalização cada vez mais acirrada, para presidir um país.

Dentre os vários fatores que compõem as condições de produção que possibilitaram/condicionaram esses enunciados, elencaremos três deles:

1- Tempo (sócio-histórico) em que a enunciação foi produzida: na década passada, em que tínhamos um presidente (Lula) com o histórico de ser oriundo de família humilde, pouco ou não-alfabetizada, retirante, vindo ele de uma das regiões mais pobres do Brasil, ex-metalúrgico (torneiro-mecânico), sem diploma universitário, falando um português de menos prestígio (sem todos os morfemas flexionais indicativos de número, nos sintagmas nominais, com ausência de morfema indicador do plural também em algumas formas verbais, ou seja, com marcas consideradas negativas na concordância nominal e verbal, sem conjugar ‘corretamente’ os verbos, etc.), considerado popular no sentido negativo por distribuir, ou ampliar, o programa da “bolsa-família” aos menos favorecidos, o que, no imaginário dos opositores, sujeitaria os que a recebem a uma devoção cega/acrítica ao seu governo, eleito pela maioria da população, que também é composta na sua maioria por pessoas da classe baixa e que, por isso, com ele (presidente) simpatizariam (identificar-se-iam), sucessor de um presidente oriundo de classe média (bem-nascido), carioca, com formação universitária, poliglota, não-nordestino, participante de uma cultura de elite, autor de livros, considerado, pela maioria de seus pares, apropriado para o cargo de presidente, e que iniciou a distribuição “bem comedida” de auxílios financeiros aos mais pobres sem deixar de favorecer sobremaneira os mais abastados, considerados pela elite os mais produtivos.

2- Lugar onde a enunciação se deu: no MonKey News, uma categoria de telejornalismo *online* da UOL (indo ao ar às 2<sup>as</sup>, 4<sup>as</sup> e 6<sup>as</sup>), cujo nome ao pé da letra seria *Notícias de Macaco*. Ou seja, um “telejornalismo” ou “noticiário” cômico, que tem como meta menos informar que tornar hilárias as notícias mais focadas do país (principalmente) e do mundo, que envolvam sexo, política e futebol;

3- Quem nela enuncia: boa parte das matérias veiculadas (como do ‘óbvio lulante’) é construída através das sugestões dadas pelo “monkeynautas” (interlocutores usuários/assistentes do *site*), mas são dois apresentadores (José Simão, o apresentador/editor, acompanhado na tela por um assistente que o ouve e com ele só concorda) que, para os interlocutores, “assinariam” os enunciados ou por eles seriam responsáveis, constituindo-se eles num tipo de colunista/humorista do referido telejornal *online*, os quais riem praticamente o tempo todo, durante suas falas, portando-se como “macacos desassossegados” em seus “galhos”, justificando a tradução literal do título da crônica cibernética, que bem poderia também ser traduzida, nesse contexto, como *notícias engraçadas*. Em outras palavras, é um



espaço contemporâneo de entretenimento que comenta, de forma humorística, algumas notícias veiculadas em diferentes mídias, através de seus apresentadores/humoristas que, como locutores, assumem vozes e posições ao enunciarem (sujeito clivado pelo inconsciente), dadas as condições de produção e sua inserção nos discursos. Isso porque, ao enunciar, o sujeito se constituiu, conforme elucida Guimarães (2000), ao mesmo tempo, de um *sujeito* que, atravessado pelo inconsciente e pela ideologia, ocupa uma posição de onde fala e de um *locutor*, o indivíduo que fala. Enfim, muitos outros elementos importantes comporiam essas condições de produção, como *a quem* a enunciação é dirigida, entre outros aspectos, mas o espaço não permite abordá-los no momento, o que fica para outra ocasião.

O discurso humorístico em comento, como qualquer discurso, também se serve do binarismo defendido por Saussure, no seu famoso curso, ao estudar o signo lingüístico, para estabelecer as contraposições entre as imagens favoráveis e desfavoráveis de um presidente. Assim, a relação com a alteridade é fundamental para caricaturar qualquer personagem. Essa tese é defendida por muitos estudiosos que se dedicam a discutir a sempre mutável construção identitária dos sujeitos, como Stuart Hall (2002) ao parafrasear Lacan. Reflete o pesquisador que a identidade, tal qual o inconsciente, estrutura-se como linguagem, pois a língua como sistema, e como parte da linguagem, conforme os pressupostos saussurianos, articula elementos que se definem uns em oposição aos outros (HALL, 2002, p.41).

Essa relação necessária na (re)construção das identidades justifica o estabelecimento, que o “telejornal” (tele-humor) também faz ao antecessor de Lula (FHC), de uma sessão de **terminologias tucanas** (*orientador de indecisos* = boca-de-urna, *pouso não programado* = pane, *esterco de matrizes* = bosta de vaca, *tensão pré-eleitoral* = especulação, *triangular a informação* = fazer fofoca), cujo nome é **Dicionário Tucanês**, pois muitas dessas terminologias foram retiradas de discursos proferidos por FHC, o que manifesta a formação ideológica que “ampara” o *tucano* (simbologia do PSDB), provocando efeito de sentido oposto em relação ao adversário (Lula), para quem a referência é **Cartilha do Lula**, ou seja, indicando caderno/livro de iniciante nas letras, mas isso produz efeito tanto de reforço do imaginário em relação aos dois políticos, como também de um tipo de crítica/sátira à visão elitista/enaltecida a respeito do tucano FHC e à visão preconceituosa/depreciativa em relação ao petista Lula.

## Caso 2

Como evidenciado em textos anteriormente analisados, a heterogeneidade mostrada e marcada também pode ser exemplificada pelo uso das aspas, a propósito, muito recorrente no corpo deste nosso texto, utilizadas com diferentes propósitos, mas sempre indicando que se reconhece nelas (palavras aspeadas) sentidos já estabelecidos por outros sujeitos, em outros lugares, por isso faz ressalvas através desse recurso, ora para marcar o discurso direto, ora para indicar dúvida quanto ao uso próprio da palavra, ora para dizer que o sentido da palavra (do outro) não é (ou não pode ser) totalmente aceito pelo enunciador, etc. Veja-se, como exemplo, o trecho *sem conjugar ‘corretamente’ os verbos*, em que as (meias) aspas (apóstrofes, por já estar a palavra entre parênteses) foram usadas para indicar o reconhecimento da não-unanimidade no conceito de “conjugação ‘correta’ dos verbos”, dadas as discordâncias de concepção entre teorias variacionistas da língua ou conceitos da gramática prescritiva *versus* gramática descritiva, e, às autoras do presente texto, dada a posição que ocupam, não convêm deixar apagado o conflito a respeito do assunto.

Observe-se agora o excerto (de um artigo de opinião) abaixo e note-se como as cinco ocasiões em que as aspas aparecem marcam duas situações distintas, sem, contudo, deixar de ser um indicativo de que a palavra, expressão ou ideia descrita, não é a voz do locutor, mas de outro enunciador:

Direito de ir e vir ganha força, quando não somos o foco<sup>16</sup>

Imagine ser o centro das atenções. Ser ouvida por todos e receber aplausos e elogios por todo o dia. Sugere algo muito agradável, não é mesmo? Agora pense em uma vida em que você não pode expressar seus reais sentimentos e precise representar um papel 24 horas por dia. Não parece uma sensação nada agradável, não é? Foi pensando nesse conflito de sentimentos que alguns artistas plásticos propagam um movimento ao redor do mundo em que passam despercebidos aos olhos do público em fotografias. Com pinturas no corpo, eles se camuflam diante das câmeras e ficam "invisíveis". A ideia é levantar a bola de que ser mais um na multidão é tão legal, ou até melhor, do que ser uma pessoa famosa, que vive no foco dos holofotes.

"Diferente do que as pessoas acreditam, o anonimato sugere uma vida mais tranquila e recheada de benefícios do que quando há o reconhecimento público. Ser o foco das atenções pode ser penoso e complicado para muitas pessoas", explica o psicoterapeuta Chris Almeida.

De acordo com o especialista, não são apenas os artistas que sofrem com esse problema. "Ser o mais reconhecido no emprego, na turma, no dia a dia, enfim, quando somos o centro das atenções, podemos gerar conflitos de personalidade

---

<sup>16</sup>Cf: *Assumir os desejos fica mais fácil com o anonimato*. Disponível em: <<http://yahoo.minhavidacom.br>>

e até mesmo desenvolver um quadro de depressão, já que entram em conflito aquilo que as pessoas pensam de nós e o nosso autoconhecimento", diz.

Porque queremos ser o centro das atenções

Claro, todos nós queremos ter o talento reconhecido ou simplesmente ser admirado pelos colegas ou pela família. Mas, quando esse desejo passa dos limites e ser o centro das atenções vira praticamente uma regra, pode significar sinal vermelho. "Pessoas que desejam aparecer o tempo todo, sinalizam problemas sérios de autoestima. Quando não nos sentimos bem com nós mesmos, queremos, a todo custo, mostrar os valores que temos, mesmo sem acreditar que eles existam."

Representar um papel

O grande problema de ser a estrela de um ambiente é quando você não está sendo verdadeiro. "Existem pessoas que são reconhecidas pelo jeito sempre espirituoso, por exemplo, mas na realidade, no interior, elas não são tão bem-humoradas assim, então, para não perderem o valor, precisam representar uma coisa que elas não são", explica.

O autor do texto, cujo nome não é identificável, empenhado em convencer o leitor sobre sua posição a respeito do discurso a que se filia na notícia que (re)produz, ao usar as aspas, indicativo de heterogeneidade mostrada, gera determinados efeitos, possibilitado no texto por tais recursos. Na palavra *invisíveis* (primeiro parágrafo), por exemplo, as aspas chamam a atenção do leitor quanto ao sentido (não) literal daquela palavra, já estabelecido alhures, pois o sentido agora reclamado deve ser negociado conforme o contexto em que aparece: *invisível* e *irreconhecível* não são a mesma coisa. Nos parágrafos de dois a cinco, as aspas marcam a voz do outro (o psicoterapeuta Chris Almeida) na forma do discurso direto, que, no texto, servem como argumento de autoridade, para reforçar o discurso a favor do anonimato e dar maior credibilidade aos argumentos do autor/enunciador de que o desejo de demasiada exposição indica sérios problemas de autoestima.

Koch (2002, p.146), filiada à outra base teórica (Linguística Textual), distinta das até aqui abordadas, mas que também é elencada tacitamente pelos PCN (BRASIL, 1998), ao discutir a argumentação na linguagem, explicita que, para Perelman (1996), estudioso da retórica moderna, o argumento de autoridade seria o mais característico dos argumentos de prestígio, pelo qual um enunciador insere declaradamente, em seu discurso, a voz alheia através de julgamentos de uma pessoa ou grupo, reconhecida(o) socialmente, a fim de validar sua tese. Trazemos aqui esse postulado, tendo em vista que, em textos acadêmicos \_ comunicação verbal que, a seu modo, busca a adesão do público leitor (PERELMAN, 1996) \_ esse tipo de estratégia argumentativa, mais que bem vindo, é necessário como um dos

elementos constitutivos desses gêneros, vivenciados pelos professores que obtiveram uma graduação.

Ensinar a gerenciar essas vozes nas produções textuais escritas é uma das atribuições, inclusive da universidade, para estudantes que, nos primeiros semestres de seus cursos, parecem demonstrar grande estranheza nessa prática discursiva, na modalidade escrita, favorecendo a produção do que Santos (2009) chama, em sua pesquisa, de *bricolagens textuais*<sup>17</sup>, dada a dificuldade (manifesta em trabalhos de muitos graduandos) para parafrasear os textos-base de seus textos acadêmicos e apontar os autores que corroboram suas afirmações. Tal dificuldade reflete muito o tipo de ensino de leitura/escrita a que estiveram expostos os estudantes durante o ensino básico. Essas questões estão diretamente relacionadas à presença/ausência de autoria nos trabalhos dos alunos, dada sua habilidade, ou não, de reelaboração adequada das informações/vozes/discursos a que têm acesso, a fim de se posicionar ante as diferentes vozes que comparecem em suas produções.

Entretanto, o aluno não precisa chegar à graduação para refletir sobre isso. E se o professor de língua materna, enquanto aluno na graduação, também for instigado a considerar essas especificidades, poderá aproveitar tal saber no seu trabalho pedagógico com a linguagem, visto que leitura e escrita compõem-se de forma articulada e híbrida, e não dicotômica como foi concebido e ensinado por longo tempo na abordagem tradicional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que discussão e os exemplos trazidos para análise tenham contemplado de forma esclarecedora não apenas conceitos aqui mencionados, mais precisamente a noção de heterogeneidade constitutiva/mostrada tanto da linguagem quanto do sujeito, como também tenham contribuído para a reflexão didática no trabalho com a linguagem, tomando-se o texto como possibilidade de investigação de ideologias nem sempre acessíveis ao leitor desavisado, através de uma abordagem inter e/ou transdisciplinar.

---

<sup>17</sup>Expressão indicativa da montagem de texto feita através de mecanismo computacional: copiar/cortar/colar, sem compromisso com a leitura atenta do texto-base e a reflexão responsável para reelaboração de ideias e posicionamento do aluno no texto por ele “produzido” e entregue nas disciplinas que cursa.

Assim como nos textos 1 e 3 e no caso 2 as aspas marcam outras vozes, no caso 1 analisado, ao assumir que há a contribuição/participação ativa dos monkeynautas na produção das matérias, o locutor/enunciador também marca/indica a co-enunciação de seus enunciados.

Que fique claro, entretanto, nas análises da charge (texto 2) e da “Cartilha do Lula” (caso 1), que é o humor que diz que o outro (governador do Rio Sérgio Cabral/Lula e partidários) diz aquilo (que neles projetam), considerando a posição do governador Cabral em relação à violência e ao aborto (texto 1) e alguns equívocos do presidente Lula no emprego de certas expressões, como foi o caso recente de *inquadráveis* em lugar de *INenquadráveis*.

O efeito (tragi)cômico na charge se dá pela interpretação hiperbólica, verbal e visual, do preconceito que atravessa o discurso do governador do Rio contra a classe baixa, ao defender, em enunciado por ele efetivamente enunciado, o aborto entre mulheres faveladas, como meio de diminuir a violência urbana. O efeito cômico na *Cartilha do Lula* se revela, através dos trocadilhos, pela atribuição, aos sujeitos pobres (e/ou de origem humilde) e sem formação acadêmica, de possuírem domínio vocabular precário e rústico (variedade de menor prestígio na esferas de maior poder social), o que também denuncia o preconceito do(s) enunciator(es) contra sujeitos de classe baixa e sem formação universitária, principalmente aqueles que, assim negativamente marcados socialmente, ousam assumir cargos públicos de destaque na sociedade. Entretanto, enquanto na Charge o cômico é efeito da crítica ao preconceito, na *Cartilha do Lula*, o cômico é efeito do reforço ao preconceito que viceja no imaginário social no tocante à relação entre poder econômico, letramento e *status* social.

No jogo enunciativo proposto pela coluna humorística (caso 1), o sujeito (colunista e seus colaboradores) se acha legitimado a dizer que o outro disse o que não disse, fazendo referência a um discurso que vai denegrir (ou reforçar a negatificação da) a imagem de um presidente que, na perspectiva de seus críticos, não estaria apto a governar por não pertencer à elite. No imaginário, quem é presidente deve ter uma qualificação letrada, de elite, comparada à realeza. Mas Lula se enquadra à categoria de súdito por se confundir com os súditos. A qualificação de líder sindical não é levada em conta. É apagada. É desmerecida. Um aristocrata seria melhor. Assim, Lula se confunde, na informalidade, na irreverência, com os súditos, posto que sua conduta não se equivale à conduta da elite, que é formal, que pouco gesticula ao fazer uso da palavra, entre outras referências que povoam o imaginário social.

Para concluir, acreditamos que nossas análises e discussões, aliadas aos dispositivos teóricos da AD e às noções de gênero discursivo (mesmo que divergentes entre si, mas situação justificada aqui por sua presença nos PCN), podem ajudar o professor,

principalmente da escola básica, a privilegiar o trabalho com o texto humorístico, no gênero charge e crônica, por exemplo, não só pelo viés do entretenimento, mas também como um instrumento para leituras além da mera decodificação. Da mesma forma, o texto jornalístico, como os gêneros notícia e artigo de opinião, pode favorecer o ensino de leitura para além da superfície textual, desconstruindo a suposta neutralidade, no primeiro, e investigando, também no segundo, os recursos disponibilizados na modalidade escrita (como as aspas) para a construção da argumentação no texto, marcando argumentos de autoridade, buscando a adesão do leitor.

## REFERÊNCIAS

**Assumir os desejos fica mais fácil com o anonimato.** Disponível em:

<<http://yahoo.minhavidacom.br/materias/bemestar/Assumir+os+desejos+fica+mais+facil+com+o+anonimato.mv>> Acesso em 23/08/09, às 13:41h

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** [trad. M<sup>a</sup> Ermantina G.G. Pereira]. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAZERMAN, Charles. **Gênero, agência e escrita.** São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio.** Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua portuguesa: ensino fundamental II.** Brasília/Secretaria de Educação Fundamental: MEC/SEF, 1998.

FIORIN, Jose L. **Linguagem e ideologia.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. **Elementos de análise do discurso.** 14. ed. São Paulo, 2008.

GLAUCO. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 out. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/inde28102007.htm>. Acesso em 30 out. 2007.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento.** Campinas: Pontes, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 7. ed. [Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro]. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

**IRMÃO de missionária diz estar “chocado” com a decisão do júri.** *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 maio. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0705200803.htm>>. Acesso em 19 maio de 2008.

KOCH, Ingedore V. **Argumentação e linguagem.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LANDOWSKI, Eric. **Passions sans nom: essais de socio-sémiotique III.** Paris: PUF, 2004.

\_\_\_\_\_. **Aquém ou além das estratégias, a presença contagiosa.** São Paulo: CPS, 2005.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras.** São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura.** 2. ed.. Campinas: Cortez/Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Cortez, 1998.

PERELMAN, Chaim. **Tratado de argumentação: a nova retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito.** 2. ed. Curitiba: Criar edições, 2004.

SANTOS, Janete S. O computador e a internet na vida acadêmica de futuros professores de português. *In*: SIMÕES, Darcília; SANTOS, Lilliane (Orgs). **Ensino de português e novas tecnologias.** Coletânea de textos apresentados no I SIMELP. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2009. pp.64-84.

SCHNEUWLY, Bernard, DOLZ, Joaquim et alli. **Gêneros orais e escritos na escola.** Trad: Rojo e Cordeiro. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2004.

TEIXEIRA, Lucia. Quem é esse povo? *In*: BARROS, Diana L. P. de (org.). **Os discursos do descobrimento.** São Paulo: EdUSP; FAPESP, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo, Martins Fonte, 1993.